

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE ALGUNS
JULGADOS NO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS E
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMO MINISTRO RELATOR;
E COMO MINISTRO PARTICIPANTE NO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DO "CASO COLLOR DE MELLO".**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Ação Cautelar - Sustação de protesto de títulos e execução - Liminar - Mandado de Segurança visando à cassação de medida - A tutela cautelar somente cabe quando a pretensão do mérito, a ser deduzida na ação principal, assenta em sólidas bases jurídicas - É inadmissível na hipótese em que implica tolher o legítimo exercício de um direito contra o qual não se alega vício de qualquer espécie (Provimento) (T4) (STJ)</p>	REMS 1.198-BA	30/05/94	2.157	09
<p>Ação Declaratória - Medida cautelar inominada - Nada se pode afastar, em princípio, o cabimento da cautelar em ação declaratória para obter a antecipação provisória da prestação jurisdicional - Ela é admissível, embora excepcionalmente, sempre que houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (Desprovimento) (T5) (TFR)</p>	AG 44.852-RN	19/12/85	5.895	25
<p>Ação Discriminatória - A tramitação da discriminatória não impede que o proprietário de imóvel situado na área discriminada use o remédio processual adequado à defesa da sua posse, principalmente quando a sentença proferida na fase contenciosa, transitada em julgado, já lhe reconheceu o domínio em face dos títulos apresentados (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 27.882-GO	27/06/94	2.227	148

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Ação Divisória - Imissão de posse - Cumulação - Embora suprimida, como procedimento especial, pelo CPC de 1973, subsiste a pretensão de direito material a imitir-se na posse de imóvel quem tenha título legítimo para tanto - A comunhão teve origem em ação de dissolução de sociedade concubinária, com sentença transitada em julgado, na qual foi expedida carta de partilha consignando-se a sua porção ideal - Títulos dominiais cuja regularidade foi examinada exaustivamente pelas instâncias ordinárias - Dissídio de interpretação não caracterizado (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 34.163-SP	14/08/95	3.081	46
<p>Ação de Execução - Para impugnar a adjudicação dos bens penhorados, só dispõe o devedor, se ainda não foi expedida a respectiva carta, dos embargos a que alude a legislação, após a sua expedição e transcrição no registro imobiliário, da ação ordinária apropriada (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AG 43.987-RJ	29/09/83	4.576	01
<p>Ação Rescisória - Indeferimento da petição inicial - A certidão do trânsito em julgado da decisão rescindenda é documento indispensável à propositura da ação rescisória - Todavia, o Tribunal não poderá indeferir a petição inicial antes de possibilitar ao autor a sua emenda no decêndio a que alude a legislação (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 32.535-BA	21/02/94	1.917	258

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Ação Rescisória - Só é motivo de rescindibilidade, previsto no art. 485, IX, do CPC, o erro de fato emergente de atos e documentos da causa, sobre o qual não tenha havido controvérsia ou pronunciamento judicial (Improcedência) (S2) (STJ)	AR 356-AM	04/09/95	3.178	10
Ação de Usucapião - Intervenção da União - Competência - Para intervir na causa, deve a União manifestar o seu interesse jurídico, demonstrado a que título se dá essa intervenção - Entretanto, só à Justiça Federal cabe dizer da existência desse interesse (Provimento parcial) (T4) (STJ)	RESP 49.861-SP	05/12/94	2.584	147
Advogado - Doença - Motivo de força maior - Recurso especial - Intempestividade - A doença que acomete o advogado somente se caracteriza como motivo de força maior quando o impossibilita totalmente de exercer a profissão ou de substabelecer o mandato a colega seu para recorrer da decisão (CPC, art. 507) (Provimento) (T4) (STJ)	AGA 27.848-MG	25/04/94	2.032	29
Advogado - Substabelecimento - Intimação - Substabelecidos os poderes a advogado com escritório na sede da Comarca onde foi ajuizada a ação - A ele devem ser endereçadas as intimações, ainda que não exista requerimento em tal sentido (Provimento) (T4) (STJ)	RESP 45.298-SP	09/05/94	2.109	71

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Agravo Regimental - Embargos de declaração - Não são declaratórios os embargos em que o embargante pretende, não suprir omissão ou afastar obscuridade, dúvida ou contradição acaso existente no acórdão - Mas a modificação deste a pretexto de que arrimara em pressuposto fático inexistente (Rejeição) (T4) (STJ)	EDAGA 37.595-PR	27/06/94	2.219	59
Agravo Regimental - A ofensa a regimento interno de tribunal não serve de fundamento a recurso especial, por não incluir-se o diploma em tela no conceito de lei federal a que alude a Constituição Federal - Despacho calcado sobretudo na prova dos autos examinada na instância ordinária (Desprovimento) (T4) (STJ)	AGA 40.311-MG	18/04/94	2.032	117
Agravo Regimental - Em se tratando de valoração da prova, do exame da sua eficácia em tese <i>quaestio juris</i> , cabe recurso especial - Não quando se pretende a mera apreciação da prova <i>quaestio facti</i> (Desprovimento) (T4) (STJ)	AGA 16.724-RJ	25/10/93	1.788	67

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Apelação em Liberdade - Sendo o réu primário e de bons antecedentes, confere-lhe a lei o direito subjetivo processual de apelar em liberdade - Não cabendo invocar-se como empecilho à sua pretensão, o estado perigoso ou a intensidade do dolo no cometimento do crime - É taxativa a enumeração dos requisitos constantes do CPP, de modo que a inclusão nela de hipóteses não previstas implica restrição às fronteiras do favor legal (Concessão) (T2) (TFR)</p>	<p>HC 4.612-RJ</p>	<p>07/11/79</p>	<p>2.038</p>	<p>323</p>
<p>Caderneta de Poupança - Correção monetária - Alteração de critério - Na ação de cobrança para reaver a diferença de rendimentos é parte legítima passiva <i>ad causam</i> a instituição financeira privada com a qual foi celebrado o contrato de depósito - Porque lei nova não pode alterar negócio jurídico firmado sob o império de diploma legislativo anterior - Essa legitimidade não se transmudou para o Banco Central do Brasil por decorrência de preceitos da legislação, que não autorizam tal interpretação (Desprovinimento) (T4) (STJ)</p>	<p>RESP 41.760-SP</p>	<p>09/05/94</p>	<p>2.100</p>	<p>165</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Casamento - Pacto antenupcial em que os nubentes adotaram o regime de absoluta separação de bens - Estipulada expressamente na convenção antenupcial a separação absoluta, não se comunicam os bens adquiridos depois do casamento (aqüestos) - A separação pura é incompatível com a superveniência de uma sociedade de fato entre marido e mulher dentro do lar - Ela pode existir fora do lar, mas somente pode ser comprovada e reconhecida em ação própria (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 2.541-SP	06/03/95	2.702	38
<p>Casamento - Regime de Comunhão Universal de Bens - Direito ao uso destes - A comunhão resultante do matrimônio difere do condomínio propriamente dito, porque nela os bens formam a propriedade de mão comum, cujos titulares são ambos cônjuges - Cessada a comunhão universal pela separação judicial, o patrimônio comum subsiste enquanto não operada a partilha, de modo que um dos consortes não pode exigir do outro, que estiver na posse de determinado imóvel, a parte que corresponderia à metade da renda de um presumido aluguel, eis que essa posse, por princípio de direito de família, ele exerce <i>ex proprio jure</i> (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 3.710-RS	28/08/95	3.120	54

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Certificado de Regularidade de Situação - Relativamente ao PIS - Contribuições recolhidas em agência bancária diversa da do domicílio bancário do contribuinte - O pagamento efetuado por essa forma se aceito pelo órgão competente para recebê-lo, não obsta a expedição do aludido certificado (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	AMS 108.554-SP	19/12/85	5.902	121
<p>Comércio Turístico - Empresas que exploram e que foram constituídas regularmente - Restrições e obrigações ao exercício das suas atividades, impostas por decreto e resoluções do Conselho Nacional de Turismo - Ofensa ao princípio consagrado na Constituição Federal (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	AMS 83.664-RJ	11/06/82	3.835	01
<p>Competência - Ação de Usucapião - O simples fato de estar o terreno usucapiendo incrustado em faixa de fronteira, não implica <i>ipso facto</i> o interesse da União Federal, no desfecho da causa - Competência da Justiça Estadual (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	CC 3.563-RS	19/09/79	2.701	239
<p>Competência - Desapropriação indireta - Na ação de desapropriação contra entidade autárquica federal, o que está em causa é o próprio direito de propriedade, prevalecendo, para o seu processo e julgamento, o <i>forum rei sitae</i> (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	AG 46.935-DF	07/11/85	5.806	107

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Competência - Reclamação trabalhista movida contra representação diplomática de país estrangeiro - Competência da Justiça Federal, inclusive para decidir sobre a preliminar de imunidade de jurisdição (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	CC 3.770-DF	1º/07/80	2.928	178
<p>Compra e Venda de Imóvel - Compromisso - Arras confirmatórias - O sinal confirmatório constitui uma garantia e o contraente que o pagou perdê-lo-á em benefício do outro se deu causa à resolução do contrato (Código Civil, art. 1.097) (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 49.995-SP	06/03/95	2.710	59
<p>Compra e Venda de Imóvel - Compromisso - Rescisão por culpa do comprador - É lícita a cláusula penal que estipula a perda das prestações pagas na hipótese de rescisão do contrato por culpa do comprador - É defeso ao juiz aplicar lei nova a negócio jurídico aperfeiçoando o império de lei anterior, conforme previsto na legislação - Não incidência, no caso, por lhe ser vedado efeito retrooperante (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 38.492-SP	09/05/94	2.098	144
<p>Concordata Preventiva - Cumprimento - Quitação de débito para com a Fazenda Pública - A inexistência de débito não se faz necessária à concessão da concordata, mas é condição <i>sine qua non</i> ao seu cumprimento (Desprovimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 23.044-RS	21/02/94	1.916	175

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Concorrência Pública - Exploração de serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal - Mandado de segurança contra parecer de órgão do DNER - Que entendeu interestadual a linha a ser explorada - Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> da autoridade impetrada - Visto como o parecer não possui executoriedade própria, dele não podendo resultar lesão ou ameaça de lesão a direito subjetivo de terceiro (Provimento) (T3) (TFR)</p>	AMS 84.438-RJ	17/06/83	4.433	144
<p>Concubinato - Sociedade de fato - Partilha de bens - A simples convivência <i>more uxorio</i> não confere direito à partilha de bens - Para a formação da sociedade de fato, não se exige que a concubina contribua com os rendimentos decorrentes do exercício de atividade economicamente rentável, bastando a sua colaboração nos labores domésticos - Hipótese em que a sua parte deve ser fixada em percentual correspondente à sua contribuição (Provimento parcial) (T4) (STJ)</p>	RESP 45.886-SP	26/09/84	2.410	165
<p>Concurso Interno - Progressão funcional - Sendo o concurso um processo competitivo de acesso aos cargos públicos, o princípio constitucional de isonomia impõe que a todos os candidatos se assegure igual tratamento em relação às questões - Se a Administração, convencida da formulação inadequada de alguma delas, atende a recurso de um candidato e lhe atribui os pontos correspondentes - Esse ato beneficia, pelo princípio da eficácia reflexa, a todos os candidatos (Concessão) (TP) (TFR)</p>	MS 89.551-DF	26/02/82	3.651	01

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Conselho Regional de Economia - Registro de empresa nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões - As companhias de comércio exterior não estão sujeitas a registro nos Conselhos Regionais de Economia - Inaplicação da Súmula 96 do TFR (Provimento) (T6) (TFR)	AMS 103.645-RS	19/12/84	5.419	49
Conselho Regional de Farmácia - As anuidades pagas pelos profissionais farmacêuticos e empresas de farmácia não configuram tributo, mas ônus, condição necessária para o exercício das suas atividades - Os Conselhos Regionais não representam o interesse da categoria profissional, incumbência reservada aos sindicatos (Provimento) (T6) (TFR)	AMS 101.930-SP	06/09/84	5.208	40
Construção de Edifício - Execução de obras - Cláusula penal estipulada para o caso de mora - Escusas invocadas que não configuram força maior ou caso fortuito, cuja prova, ademais, incumbe ao devedor - Adimplida a obrigação, ainda que em parte, pode o Juiz, corrigindo a estipulação em excesso, reduzir a pena convencional a proporções justas (Provimento parcial) (T3) (TFR)	AC 69.604-RJ	10/12/81	3.530	17

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Contrato de Adesão - A eleição do foro é válida, a menos que esteja comprovadamente eivada de qualquer dos vícios elencados no art. 51 da Lei 8.078/90 ou contravenha princípio contemplado no mesmo diploma legal - Essa validade há de ser apreciada em cada caso particular pelo juiz, cuja liberdade de interpretar em face da prova colhida, é razoavelmente ampla - Dissídio pretoriano não comprovado (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 59.904-PR</p>	<p align="center">15/05/95</p>	<p align="center">2.894</p>	<p align="center">144</p>
<p>Contrato de Câmbio - Concordata da exportadora - Não é de exigir-se, no pedido de restituição de quantia adiantada por conta de contrato de câmbio, o pressuposto temporal de 15 dias anteriores ao pedido de concordata (Provimento) (T4) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 24.966-RS</p>	<p align="center">15/05/95</p>	<p align="center">2.886</p>	<p align="center">10</p>
<p>Contrato de Câmbio - Protesto - Sustação - É inadmissível a concessão de liminar para sustar o protesto de contrato de câmbio - Tal protesto constitui condição indispensável ao exercício da ação de execução - Os embargos são a sede própria para o devedor opor-se à execução, no todo ou em parte, e arguir as exceções que entender necessárias (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 36.681-RS</p>	<p align="center">07/12/94</p>	<p align="center">1.898</p>	<p align="center">91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Contrato de Compra e Venda - Exportação de calçado - Na ausência de estipulação em contrato escrito, a questão concernente ao lugar do cumprimento da obrigação, no contrato de exportação, envolve o exame de prova, a cujo respeito é soberano o Tribunal local - No território nacional deve ser cumprida a obrigação que consagra a competência da Justiça brasileira para os litígios oriundos do negócio jurídico - A sentença estrangeira que declara a falência de empresa comercial só tem eficácia no Brasil, depois de homologada pelo Supremo Tribunal Federal (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 19.263-RS	22/08/94	2.310	48
<p>Contrato de Mediação - Serviços prestados - Correção monetária - Embora apresente pontos de aproximação com o mandato, a corretagem deve ser tratada com autonomia - Visto que configura contrato atípico - Sendo impertinente a alegação de ofensa à legislação - A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir da data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ) (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 29.738-BA	15/08/94	2.293	44
<p>Contrato de Mútuo - Hipoteca - Especificação - Não é necessário que do registro da hipoteca conste, além do principal, a quantia exata correspondente às obrigações acessórias, bastando que a elas se faça referência, com remissão ao estipulado no contrato (Desprovinamento) (T4) (STJ)</p>	AGA 46.709-SP	30/05/94	2.156	111

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Contribuições Compulsórias - Empregadores em favor do SESI, SENAI, SESC, SENAC - Aumento da base de cálculo por Decreto-Lei - Podia ser cobrado no mesmo exercício, eis que se trata de contribuições parafiscais, excluídas, portanto, do princípio da anualidade - É legítima a alteração de base de cálculo de tributo via Decreto-Lei, cujos aspectos de urgência e interesse público escapam à apreciação do Judiciário (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AMS 99.801-SP	13/06/85	5.613	115
<p>Contribuições Previdenciárias - Decadência - Termo inicial da contagem do prazo - Não havendo antecipação de pagamento - O direito de constituir o crédito previdenciário extingue-se decorridos cinco anos do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (Rejeição) (S2) (TFR)</p>	EAC 52.906-SP	22/09/83	4.621	130
<p>Contribuições Previdenciárias - Empregado que se desligou da empresa, continuando esta, a recolher em dobro as contribuições devidas ao Instituto durante quinze anos - Ausente qualquer intenção dolosa, conforme ficou evidenciado, devem ser considerados válidos tais recolhimentos para o efeito de fruição dos benefícios previdenciários para a aposentadoria (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	AC 57.943-BA	18/12/80	3.086	120

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Contribuições Previdenciárias - Prescrição da ação de cobrança - Só incide quando a demora na citação é imputável ao autor da demanda - Circunstância inócurrenre na hipótese em que o Oficial de Justiça, recebendo o mandado de citação, permanece inerte por longo tempo e não cumpre o seu <i>munus</i> - A contribuição previdenciária é tributo e está sujeita ao prazo prescricional de cinco anos (Recebimento) (S2) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 67.828-SP</p>	<p align="center">05/04/84</p>	<p align="center">4.897</p>	<p align="center">84</p>
<p>Crédito Trabalhista - Aplicam-se as mesmas regras concernentes à execução da dívida ativa da Fazenda Pública - O verbete da Súmula 44, do TFR, alude tão somente às execuções fiscais e, por extensão, às execuções trabalhistas - Se a penhora na execução da sentença trabalhista é posterior à falência, far-se-á no rosto dos autos desta - Competência - Justiça Estadual (Procedência) (S2) (TFR)</p>	<p align="center">CC 6.521-SP</p>	<p align="center">20/02/86</p>	<p align="center">5.925</p>	<p align="center">77</p>
<p>Crime Falimentar - Fraude praticada por Diretor de empresa falida, em contuio com o síndico, de que resultara prejuízo para a União Federal e o INPS - Neste tipo de delito, o sujeito passivo é uma coletividade incidível, não se podendo cogitar de um credor ou de uma classe de credores, por mais categorizados que sejam, em ordem a subtrair o seu processo e julgamento à competência do Juiz indicado no diploma específico (Concessão parcial) (T2) (TFR)</p>	<p align="center">HC 4.335-MG</p>	<p align="center">18/12/80</p>	<p align="center">3.096</p>	<p align="center">28</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Denúncia Espontânea - Pressupõe a inexistência de início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração - O pagamento de parcela da dívida há de efetivar-se nos próprios autos da cobrança judicial - Garantida a satisfação do saído devedor por um dos modos previstos na legislação (Conhecimento) (T6) (TFR)</p>	REO 97.228-SP	09/12/82	4.151	163
<p>Deportação - Estrangeiro - Interferindo no direito de ir, vir e ficar, é o <i>habeas corpus</i> a via processual adequada à sua impugnação - Por aplicação analógica do art. 74, do Del. 941/69, não se admite seja deportado o alienígena que tenha filho brasileiro dependente concretamente da economia paterna (Provimento) (T2) (TFR)</p>	REHC 4.620-DF	07/11/79	2.038	380
<p>Desapropriação - Constituição de servidão para passagem de energia elétrica - Laudos periciais carentes de fundamentação, máxime no atinente à destinação econômica do imóvel serviente, tornando impossível a fixação da justa indenização - Sentença anulada, a fim de que se proceda a novo exame pericial (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p>	AC 91.166-RJ	13/09/84	5.219	35
<p>Desapropriação - Liquidação de sentença - Pertence ao expropriado o produto de correção monetária incidente sobre a parte do depósito prévio não suscetível de levantamento (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	AC 88.541-RJ	05/04/84	4.906	116

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Desapropriação - Prescrição - O proprietário só perde o direito à ação indenizatória quando o ente público haja adquirido o bem imóvel por usucapião - DNER - Aposseamento de imóvel que está sendo objeto de ação de usucapião - O levantamento da indenização fica subordinado à prova do domínio, na fase executória - Os juros compensatórios incidem a partir da indevida ocupação do terreno (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AC 78.584-SP	03/06/83	4.392	10
<p>Desapropriação - Utilidade pública - Propriedade em condomínio - Sendo uma só indenização, uma só deve ser a verba honorária, com a sua repartição entre os condôminos na proporção do quinhão de cada um deles - Integra a indenização o valor do fundo de comércio pertencente aos expropriados e dos lucros cessantes - Estimativa do perito oficial que melhor exprime a realidade do mercado imobiliário (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p>	AC 85.511-PR	13/09/84	5.215	143
<p>Descaminho - Mercadoria de pequeno valor - Praticado por estrangeiro que se expressa com dificuldade em língua portuguesa - Alegação, confirmada pelas circunstâncias, de ignorância quanto ao caráter criminoso do fato, a indicar ausência do dolo - O apelado não tinha consciência da ilicitude da ação praticada (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	ACR 4.351-SP	18/12/80	3.096	08

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Direito Autoral - Ninguém pode realizar execuções musicais sem autorização do autor - Colaboração do Estado, na proteção desse direito, por intermédio da autoridade policial (Provimento) (T6) (TFR)	AMS 101.990-CE	28/02/85	5.460	01
Direito de Vizinhança - Vencido o prazo de ano e dia, o confinante prejudicado não pode exigir que se desfaça a janela, sacada, terraço ou goteira, mas não fica impedido de construir no seu terreno com distância menor do que metro e meio, ainda que a construção prejudique ou vede a claridade do prédio vizinho - Ausência de servidão (Desconhecimento) (T4) (STJ)	RESP 34.864-SP	04/10/93	1.750	205
Dupla Aposentadoria - Ferroviário - A ela não tem direito o servidor da antiga Rede Mineira de Viação que não optou pela condição de funcionário da Administração Direta - É irrelevante o fato de figurar em quadro de pessoal extinto do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas - Por isso que tal quadro também abrangia autárquicos de órgãos extintos (Provimento) (T3) (TFR)	AC 73.512-MG	31/05/82	3.808	174
Embargos à Execução - Contrato de mútuo - Letra de câmbio emitida em decorrência de cláusula-mandato - É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste (Súmula 60 do STJ) (Provimento) (T4) (STJ)	RESP 45.775-RS	22/08/94	2.317	31

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Empresa Pública - Vínculo empregatício com seus servidores - Não cabe Mandado de Segurança contra ato de dirigente de empresa pública, que tem personalidade jurídica de direito privado - Salvo quando praticado no exercício de função delegada do poder público (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AMS 99.980-PE	28/02/85	5.458	193
<p>Ensino Superior - Transferência - A legislação tem aplicação restrita à hipótese de transferência de alunos de um para outro estabelecimento de ensino superior - Cabe às Universidades e Escolas isoladas decidirem discricionariamente sobre a dispensa de matérias já cursadas em outros estabelecimentos ou cursos (Provimento) (T2) (TFR)</p>	AMS 86.387-BA	10/10/79	2.717	315
<p>Escritura Pública - Requisitos - Os defeitos de forma da escritura pública são insanáveis e, por isso, é nulo o instrumento lavrado por escrevente não juramentado - Assinatura a rogo de cedente impossibilitada de assinar sem a consignação da razão dessa impossibilidade - Contrariedade aos arts. 264 e 265 das Ordenações Filipinas, ainda vigentes neste ponto específico por força da consolidação operada pelo Dec. 3.084, de 05/11/1898 - Anulabilidade do acórdão, por haver participado juiz impedido (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 36.911-PR	14/03/94	1.961	71

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Execução - Credor com garantia hipotecária - Remição pretendida por credor por título extrajudicial - A remição privilegiada do débito, mediante o pagamento de valor correspondente à metade do saldo devedor da operação, constitui um privilégio de natureza personalíssima conferido apenas ao mutuário do Sistema Financeiro de Habitação (Desprovimento) (T4) (STJ)	REMS 1.907-SP	06/02/95	2.638	126
Execução - Embargos do devedor - Contagem do prazo - Quando a penhora recai sobre bem imóvel, o prazo para embargar a execução começa a fluir a partir da intimação da mulher do devedor (Provimento) (T4) (STJ)	RESP 37.114-MS	09/05/94	2.098	94
Execução - Nota promissória vinculada a contrato de financiamento - Participando o avalista do contrato de abertura de crédito, a que está vinculada a nota promissória - É devedor solidário e sujeito, em consequência, a todas as cláusulas e condições estipuladas (Súmulas 26 e 27 do STJ) (Provimento) (T4) (STJ)	RESP 37.276-MG	09/05/94	2.098	99

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Execução - Penhora de bem hipotecado - Embargos de terceiro - O bem gravado de direito real limitado pode ser objeto de penhora em execução promovida pelo credor quirografário - Para elidir a constrição, cabe ao credor hipotecário provar que o devedor comum possui outros bens livres e desembaraçados - A falta de intimação do credor hipotecário torna ineficaz, e não invalida, em relação a ele - A alienação do bem, que passará ao poder do arrematante, conservando, porém, o vínculo real (Desprovemento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 79.059-RS</p>	<p align="center">02/12/82</p>	<p align="center">4.130</p>	<p align="center">128</p>
<p>Execução - Prazo para oferecimento de bens à penhora - Contagem - Quando o prazo é marcado em horas, a sua contagem será de minuto a minuto - Aplicação analógica do art. 125, par. 4º, do Código Civil, no silêncio do Código de Processo Civil em vigor (Desprovemento) (T4) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 49.755-RJ</p>	<p align="center">22/08/94</p>	<p align="center">2.321</p>	<p align="center">103</p>
<p>Execução - Qualquer que seja o título em que se funda, o devedor é citado para adimplir, não para se defender - Inexiste revelia, razão por que não se lhe nomeia curador especial na hipótese de citação por edital ou com hora certa (Provimento) (T5) (TFR)</p>	<p align="center">AG 46.902-GO</p>	<p align="center">19/12/85</p>	<p align="center">5.895</p>	<p align="center">114</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Execução Fiscal - Atualização do valor do bem penhorado - A lei conferiu à Fazenda Pública a faculdade de adjudicar os bens apreendidos antes do leilão e pelo preço da avaliação - Deste modo, a fim de evitar locupletamento indevido - É ilícito ao juiz determinar a atualização do valor dos referidos bens, mediante nova avaliação ou pela correção monetária (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p>	<p>AG 45.661-SE</p>	<p>20/06/85</p>	<p>5.621</p>	<p>27</p>
<p>Execução Fiscal - Causas de alçada - O Código de 1973 revogou todas as normas jurídicas processuais relativas à execução fiscal, contidas em leis extravagantes, que não admitia recurso do executado nas causas de valor inferior a dez vezes o maior salário mínimo no País - Presunção de liquidez e certeza da certidão de dívida ativa não elidida pelo executado - A correção monetária incide sobre a totalidade do débito fiscal, neste compreendida a multa acaso aplicada - Verba honorária indevida (Provisamento parcial) (T2) (TFR)</p>	<p>AC 56.120-SP</p>	<p>21/11/79</p>	<p>2.745</p>	<p>297</p>
<p>Execução Fiscal - Depositário judicial - Prisão civil - Cabe ao Juiz da execução decretar-lhe a custódia administrativa, mediante o requerimento do interessado e após descumprida a ordem para a entrega da coisa - O Agravo de Instrumento é o recurso cabível da decisão que decreta a prisão do depositário infiel (Desconhecimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 63.862-PB</p>	<p>15/12/83</p>	<p>4.747</p>	<p>138</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Execução Fiscal - Existência de bens - Não encontrando o devedor, nem existindo bens arrestáveis, procede-se a citação por edital, a fim de que se produzam, em benefício do exequente, os efeitos previstos na legislação - Não comparecendo o executado após a citação, fica suspensa a execução (Provimento) (T6) (TFR)	AG 45.342-SP	14/06/84	5.078	172
Execução Fiscal - Parcelamento - Faculdade outorgada à Fazenda Nacional, mediante acordo formalizado segundo rito previsto na legislação - É defeso ao Juiz ordenar o parcelamento do débito, a requerimento do executado - As prestações, em qualquer hipótese, são sempre acrescidas dos encargos legais, isto é, juros e correção monetária (Provimento) (T6) (TFR)	AC 79.500-RS	02/12/82	4.130	148
Execução Hipotecária - Arrematação pelo credor hipotecário - Se o preço obtido com tal arrematação for inferior ao valor da dívida, o credor hipotecário terá direito de exigir o pagamento da dívida restante como simples quitografário - A lei processual pressupõe a hipótese de plena satisfação do crédito (Provimento) (T6) (TFR)	AC 79.664-RJ	24/02/83	4.206	150

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Execução Hipotecária - (CEF) - Cessão do débito sem o consentimento da credora - Ineficácia em relação a esta - Legitimidade passiva do devedor como tal reconhecido no título executivo - A comissão de permanência corresponde a juros de mora, sendo lícita a sua estipulação no contrato - São devidos honorários de advogado na execução por título extrajudicial (Desprovimento) (T6) (TFR)	AC 85.428-PR	19/12/84	5.366	167
Execução por Quantia Certa - Pagamento parcial do débito - Atualização do remanescente - Prescrição inócurren-te - O simples pagamento parcial da dívida, quando já ajuizada a execução por quantia certa, não tem condão de tornar ilíquido o título executivo - Cuj-a certeza e liquidez foi reconhecida pelo devedor, desde o início do processo (Provimento) (T5) (TFR)	AC 71.317-RJ	23/08/84	5.136	155
Execução por Título Extrajudicial - Adjudicação - A delonga entre a avaliação e a hasta pública só autoriza a atualização monetária do bem penhorado em hipóteses excepcionais, verificáveis concretamente, entre as quais a culpa exclusiva do exequente (Provimento) (T6) (TFR)	AG 45.748-BA	07/03/85	5.467	63

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Execução por Título Extrajudicial - Arrematação - Intimação do devedor - Não encontrado o devedor, apesar das diligências efetuadas, é cabível a sua intimação por edital para ciência da praça ou leilão, mediante a aplicação analógica dos arts. 231 a 233 do Código de Processo Civil (Desconhecimento) (T4) (STJ)	RESP 46.149-SP	22/08/94	2.317	78
Falência - No ato do credor com garantia real que requer a falência do devedor está implícita a renúncia a essa garantia, pois a lei de regência não exige que ela seja expressa (Provimento) (T4) (STJ)	RESP 23.103-RJ	09/05/94	2.096	178
Filiação ilegítima - Investigação de paternidade - Embora registradas como filhas legítimas do marido da sua mãe, era lícito às autoras promoverem ação visando ao reconhecimento de outra paternidade (ilegítima), desde que cumulada a investigatória com a ação declaratória incidental de nulidade dos registros de nascimento - As duas ações são imprescritíveis porque dizem com o <i>status familiae</i> das pessoas (Provimento) (T4) (STJ)	RESP 2.353-SP	21/11/94	2.536	05
Fraude à Execução - Sem a litispendência, isto é, sem a citação válida e a insolvência conseqüente à lide, não se pode falar em alienação de fraude à execução na hipótese de que trata o art. 593, inciso II, do CPC (Desconhecimento) (T4) (STJ)	RESP 45.519-SP	09/05/94	2.109	106

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Funcionário Público - Demissão - Prescrição - Fundando-se a demissão em crime - O prazo prescricional da ação para desconstituí-la só começa a fluir a partir da absolvição na jurisdição penal - Inexistência de falta residual, tornando impossível a permanência da punição disciplinar (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	AC 72.390-DF	26/11/81	3.495	95
<p>Funcionário Público - Enquadramento - Prazo prescricional - Quando a Administração examina o direito reclamado, o prazo prescricional começa a fluir na data do ato que o denegar (Provimento) (T3) (TFR)</p>	AC 55.194-RJ	12/11/81	3.469	10
<p>Funcionário Público - Plano de Classificação de Cargos - Transposição de antigos Redatores para a Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social - Quando ocorrer resultado fracionário na distribuição, por classe, dos cargos ou empregos globalmente previsto na lotação da Categoria Funcional, deverá ser feita a aproximação para maior, nos termos da legislação, mesmo que tal operação implique ir além dos limites fixados (Provimento) (T3) (TFR)</p>	AC 68.531-DF	12/11/81	3.470	146
<p>Funcionário Público - Readaptação - Para a readaptação no cargo de Agente Fiscal de Tributos Federais basta a prova do desempenho, por efeito do desvio funcional de tarefas inerentes à fiscalização interna - Prova de suficiência - Sua inexigibilidade, nos termos da Súmula 11 do TFR (Rejeição) (TP) (TFR)</p>	EAC 32.594-DF	01/07/80	2.916	141

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - No cálculo da contribuição pelo produtor, quando ele próprio industrializa seus produtos, toma-se por base o preço corrente no mercado - Critério da média dos preços correntes na região produtora que não atrita com a referida regra jurídica - Ausência de prova suscetível de elidir a presunção de liquidez e certeza do título executivo (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	AC 77.736-PR	14/06/84	5.072	01
<p>Habeas Corpus - Prisão preventiva - É imperioso que o Juiz, ao decretá-la, fundamente razoavelmente a sua necessidade com a demonstração de fatos concretos, não bastando a mera reprodução das <i>verba legis</i> - Ordem concedida, a fim de que o paciente se defenda em liberdade (Concessão) (T3) (TFR)</p>	HC 4.830-SP	18/12/80	3.096	148
<p>Imóvel Residencial - Próprio do casal ou da entidade familiar - Impenhorabilidade - A lei incide sobre os processos em curso e alcança até mesmo as penhoras já efetuadas antes da sua entrada em vigor - Eis que consubstanciam ato processual de natureza permanente cujo momento consumativo se prolonga até a expropriação (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 45.901-RJ	30/05/94	2.165	154

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Imposto de Importação - Critério de determinação do valor da mercadoria para efeito do cálculo do tributo - Valor externo e preço normal do produto - Em face dos preceitos legais vigentes, o funcionário fazendário não só pode, como deve tomar como base de cálculo do tributo o preço normal da fatura, elemento meramente informativo (Provimento) (T2) (TFR)</p>	AMS 81.577-DF	19/04/79	2.614	389
<p>Imposto sobre Operações de Câmbio - Importações de mercadorias realizadas através da Zona Franca de Manaus e cuja saída para outros pontos do território nacional é vedada - É devida a sua cobrança, às alíquotas previstas nas Resoluções do Banco Central - Não há de confundir, para o efeito da referida imposição tributária, o produto industrializado na Zona Franca com as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados e nele empregados (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AMS 98.015-AM	02/12/82	4.075	07
<p>Imposto de Renda - Comprovado o acréscimo patrimonial, não há lugar para o lançamento <i>ex officio</i>, a esse título - Omissão de rendimentos - Depósitos bancários - Esclarecimentos prestados pelo contribuinte - Só poderão ser impugnados pelos lançadores com elemento seguro de prova ou indício veemente de sua falsidade ou inexatidão (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AC 79.276-RJ	08/11/84	5.328	40

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Imposto de Renda - Era relativa a isenção concedida às cooperativas - Dependendo o seu reconhecimento de despacho da autoridade competente, em petição do interessado acompanhada de prova do preenchimento dos requisitos legais exigidos - Erro de fato não demonstrado, nem caracterizado na espécie (Improcedência) (S2) (TFR)</p>	AR 783-SP	08/08/85	5.657	37
<p>Imposto de Renda - Incidente sobre o valor de doação imobiliária recebida da Prefeitura Municipal - Exigência fiscal - Depósito do seu montante - Embora a lei complementar admita em princípio, a sua imposição na doação recebida por pessoa jurídica, não há previsão legal quanto à sua incidência - Resultado de transações eventuais - Sua caracterização, consoante a legislação vigente (Provimento) (T2) (TFR)</p>	AMS 80.197-SP	19/04/79	2.614	275
<p>Imposto de Renda - Omissão de receitas de vendas depositadas em bancos - Passivo irreal - Se a escrita não reflete a realidade das operações econômico-financeiras da empresa, justifica-se a sua desclassificação e o lançamento <i>ex officio</i> - Inocorrência de prescrição - Nulidade do procedimento administrativo e da sentença (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	AC 58.643-SP	11/10/84	5.265	69
<p>Imposto de Renda - Pessoa jurídica - Dedução de multas por infrações fiscais pagas pela empresa - Impossibilidade pela falta de legislação regulamentar (Provimento) (T2) (TFR)</p>	AC 51.302-RS	16/05/79	2.620	332

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Imposto de Renda - Pessoa jurídica - Não são operacionais as despesas com embarcação, cujo uso não se relaciona com os objetos sociais da empresa - Extinção do crédito pela caducidade do direito de lançar (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 73.241-RJ</p>	<p>31/05/84</p>	<p>5.037</p>	<p>06</p>
<p>Imposto de Renda - Reflorestamento - Incentivo fiscal - Para fazer jus ao favor, basta que a pessoa jurídica comprove a efetiva aplicação de recursos em florestamento ou reflorestamento, embora o débito correspondente só venha a ser pago posteriormente - Tal entendimento decorre do sistema, consoante o qual o lucro tributável da empresa é o patrimonial e não o de caixa (Improcedente) (T6) (TFR)</p>	<p>REO 53.135-MG</p>	<p>11/10/84</p>	<p>5.265</p>	<p>27</p>
<p>Imposto de Renda - Remessa de divisa - Pagamento de serviços prestados no exterior por empresa que não opera no Brasil - Incidência - Rendimentos que não preenchem os requisitos necessários à isenção de que trata a legislação (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AMS 92.012-RS</p>	<p>30/06/83</p>	<p>4.457</p>	<p>40</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Imposto de Renda - Sociedade civil de prestação de serviços - A circunstância de utilizar a entidade, sob qualquer regime jurídico - Trabalho de terceiros para a execução de serviços profissionais que constituam seu objeto social - Não desnatura a sua finalidade, em ordem a subtrair-lhe o favor da alíquota reduzida - Na repetição de indébito, a correção monetária é calculada desde a data do pagamento (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	AC 57.013-SP	02/12/82	4.125	70
<p>Imposto Territorial Rural - Restituição de parcela, retida pelo INCRA - A correção monetária incide a partir de cada retenção indevida - Respeitada a prescrição quinquenal - Uma vez que se trata de dívida oriunda de ato ilícito, cuja atualização dimana da sua natureza e não de lei eventualmente editada para obviar os inconvenientes da perda do poder aquisitivo da moeda (Rejeição) (S2) (TFR)</p>	EIAC 90.137-PE	29/11/84	5.366	167
<p>Intervenção do Domínio Econômico - A SUNAB continua com a competência para exercer o controle de preços e serviços essenciais, desde que não contrarie resoluções do CONAB (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	AMS 95.724-PR	29/10/82	4.075	07

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Intervenção Federal em Estado-Membro - Descumprimento de decisão judicial - Comprovado que o Poder Executivo do Estado não atende à requisição de força policial para assegurar a execução de sentença transitada em julgado, deve ser deferido o pedido de intervenção federal (Deferimento) (CE) (STJ)</p>	IF 9-PR	21/10/94	2.551	01
<p>Inventário - Interdito - Foro competente - Em sendo interdito o autor da herança, o foro competente para o inventário é o do seu curador - Não admitida prova em contrário, sendo irrelevante o lugar da situação dos bens ou da sua residência ou do óbito (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 32.213-SP	27/06/94	2.228	120
<p>Liquidação de Sentença - Cálculo do contador - Sentença homologatória do cálculo - Transitada em julgado, só pode ser alterada para corrigir erro de conta, erro aritmético, e não critério de cálculo, que constitui coisa diversa e está encoberto pela autoridade da <i>res judicata</i> (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 46.452-SP	27/03/95	2.776	182
<p>Liquidação de Sentença - Silêncio do executado durante o prazo para a impugnação - Somente o ato comissivo, isto é, a prática de ato, sem reserva alguma, incompatível com a vontade de recorrer, caracteriza aquiescência tácita a que se refere o art. 503 do Código de Processo Civil (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 53.235-SC	20/02/95	2.684	35

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Loteria Esportiva - Cartão-matriz não perfurado por culpa do revendedor - Preposição caracterizada - Obrigação da Caixa Econômica Federal de reparar o dano causado ao acertador do prognóstico (Desprovimento) (T3) (TFR)	AC 75.645-SP	28/09/82	3.965	85
Mandado de Segurança - Ato do Ministro da Aeronáutica que indeferiu o pedido de revisão dos proventos da inatividade - Por contar mais de trinta anos de serviço, foi transferido para a reserva remunerada da Aeronáutica com os proventos do posto que possuía na ativa - Com advento de nova legislação, posterior à sua transferência, requereu que lhe fossem conferidos os proventos correspondentes ao posto de major - Por força do disposto na legislação, as suas disposições não se aplicam a situações definidas anteriormente à sua entrada em vigor (Denegação) (TP) (TFR)	MS 95.233-DF	29/04/82	3.766	197
Mandado de Segurança - Contra decisão judicial - Impetrado por pessoa jurídica de direito privado - Exibição de cópia de estatuto social - É dispensável se não há impugnação da parte adversa - Havendo impugnação, somente será decretada a nulidade do processo após a providência a que alude o art. 13 do CPC (Provimento) (T4) (STJ)	REMS 2.148-PE	30/05/94	2.157	52

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Mandado de Segurança - Impetrado perante Tribunal de Justiça - Decisão denegatória - Da decisão proferida em mandado de segurança por tribunal de segundo grau de jurisdição, em única instância, cabe recurso ordinário, constituindo erro inescusável a sua substituição por recurso especial - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade dos recursos (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	ROMS 2.276-PE	06/06/94	2.177	110
<p>Medida Cautelar - Petição inicial que não indica a ação principal e seu fundamento - Emenda de vestibular, por determinação do juiz, após a contestação - Admissibilidade - Eis que tal emenda não implica modificação do pedido ou da causa de pedir, mas mera correção de defeito ou irregularidade (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 40.878-SP	09/05/94	2.100	22
<p>Medida Cautelar - Por ter função de segurança, somente se justifica quando indispensável, na ausência de outro meio, para assegurar o resultado útil, a eficácia, da decisão a ser proferida na ação principal - Extrapassa o poder discricionário do Juiz a concessão de liminar para impedir que o credor leve a protesto o seu título de crédito e exerça o seu direito de ação segundo o rito admitido pelas leis de regência, notadamente quando o devedor pode opor, nos respectivos embargos, as exceções que entende necessárias (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 18.665-ES	07/02/94	1.893	167

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Militar - Benefícios - Os militares que tomaram parte em missões de vigilância, observação e segurança do litoral ou dos portos nacionais - Não terão direito aos benefícios por não participarem como integrante da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	AC 50.948-RJ	27/11/80	3.047	379
<p>Militar - Oficial da reserva remunerada que ingressou nas Forças Armadas durante a operação de guerra em 1945 - Participação como aluno da Escola Técnica de Aviação - Pretensão repelida para promoção - A finalidade da legislação foi proteger ou outorgar vantagens àqueles que participaram efetivamente do conflito ou estiveram expostos mais diretamente aos efeitos de um provável ataque inimigo (Desprovisamento) (T2) (TFR)</p>	AC 33.294-DF	06/06/80	2.894	171
<p>Militar - Reforma - Ação visando à reforma por incapacidade total e definitiva para qualquer trabalho - Padecendo o autor de alienação mental, confere-lhe a legislação estadual o direito à reforma com os proventos do posto de 2º Tenente (Provisamento) (T3) (TFR)</p>	AC 52.847-RJ	22/04/82	3.043	66

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Ministério Público - Atuação - Demanda em que figura como parte menor impúbere - O Ministério Público tem atuação irrestrita, sendo detentor da legitimidade e do interesse para requerer a produção de provas e opor-se à prática de atos ou ajustes que entenda prejudiciais ao direito do incapaz (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 45.487-MG</p>	<p align="center">21/11/94</p>	<p align="center">2.542</p>	<p align="center">48</p>
<p>Moeda Falsa - Circulação - Preso quando tentava passar duas notas falsas de cem dólares - Para a configuração do delito, é indispensável que o agente tenha ciência da falsidade da moeda - Prova insuficiente (Proviemento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 5.394-RJ</p>	<p align="center">13/05/82</p>	<p align="center">3.791</p>	<p align="center">199</p>
<p>Mútuo Rural - Correção monetária - Incidência - O recurso especial, que tem função específica no ordenamento jurídico brasileiro, não é sede própria para a discussão de questões constitucionais - A legislação ordinária sobre o crédito rural não veda a incidência da correção monetária (Súmula 16 do STJ) - Inexistência de qualquer omissão, dúvida ou contradição (Rejeição) (T4) (STJ)</p>	<p align="center">EDAGA 26.323-MG</p>	<p align="center">06/06/94</p>	<p align="center">2.174</p>	<p align="center">24</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Nome Comercial - Ação de preceito cominatório e ação para ressarcimento dos prejuízos causados pelo uso indevido - Prescrição - A ação cominatória objetivando fazer cessar o uso comercial prescreve em vinte anos - Não incidindo o art. 178, § 10º, Inc. IX, do Código Civil, invocável tão-somente na demanda para ressarcimento dos danos causados pelo uso indevido (Desprovisamento) (T4) (STJ)</p>	<p>RESP 2.476-RJ</p>	<p>12/06/95</p>	<p>2.983</p>	<p>09</p>
<p>Pena de Perdimento - Mercadoria - Em matéria de trânsito oriundo de tratado internacional, só é cabível em dois casos: No trânsito irregular, isto é, quando o veículo não se serve das vias normais ao comércio internacional - No desvio da rota legal pelo veículo terrestre, sem motivo justificado - Ainda que a mercadoria haja ingressado no Brasil por intermédio dos entrepostos estabelecidos (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 100.008-DF</p>	<p>03/11/83</p>	<p>4.667</p>	<p>29</p>
<p>Pena de Perdimento - Mercadoria e veículo - A decisão na instância criminal só influi na instância administrativa - Quando nega a existência material do fato ou que o acusado tenha contribuído para a sua produção - Se a responsabilidade penal e a responsabilidade administrativa assentarem em fato que tenha a mesma qualificação jurídica nos dois ramos de direito - A decisão criminal, afastando a ocorrência desse fato jurídico, condiciona a jurisdição administrativa (Deferimento) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 98.272-DF</p>	<p>28/11/79</p>	<p>2.758</p>	<p>248</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Penhora - Intimação - Execução - O que avulta, na intimação, é a ciência do intimado e a certidão do oficial de justiça atestando com a sua fé essa ciência - Não anula o ato a omissão quanto aos nomes das testemunhas presentes, se a pessoa intimada se recusar a apor a nota de ciência - Se nulidade existisse, não poderia ser argüida pela parte que lhe deu causa, na hipótese vertente os impetrantes (Provimento) (T4) (STJ)</p>	<p>RESP 33.801-RS</p>	<p>07/11/94</p>	<p>2.509</p>	<p>171</p>
<p>Pensão Previdenciária - Deve reverter integralmente à companheira a partir do dia em que os filhos do segurado atingirem a idade de dezoito anos - Construção jurisprudencial erigida à base da equidade, tendo em vista a natureza alimentar do benefício previdenciário (Rejeição) (TP) (TFR)</p>	<p>EAC 45.666-RJ</p>	<p>18/06/80</p>	<p>2.909</p>	<p>84</p>
<p>Petição - Apelação protocolizada, no último dia do prazo, depois das 18:00 horas - Intempestividade - O prazo para recorrer é matéria tipicamente processual, não podendo a lei de organização judiciária ou a norma de natureza administrativa dispor de modo diverso dos que estabelecem as disposições pertinentes do Código de Processo Civil, inclusive o art. 172 (Provimento) (T4) (STJ)</p>	<p>RESP 23.615-SP</p>	<p>06/03/95</p>	<p>2.703</p>	<p>06</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Previdência Social - Abono de permanência - O autor foi enquadrado na classe 10, devendo contribuir sobre 20 vezes o salário mínimo regional - Obteve a regressão na escala até o nível que lhe convinha, desde que não possuía condições de sustentar o pagamento correspondente à classe em que se enquadrara - Começou a contribuir com 10 salários mínimos, saltando os interstícios previstos na legislação - Sobre esta base pretende ele calcular o seu abono de permanência - Impossibilidade (Provimento) (T3) (TFR)</p>	AC 66.866-MG	16/09/82	3.942	89
<p>Previdência Social - Cobrança de contribuições - Restituição - Depósito em garantia - Condenação da autarquia a pagar correção monetária relativa ao período compreendido entre a data do depósito e a da sua restituição - Não satisfeita a obrigação, fica o débito sujeito a permanente correção até o efetivo pagamento (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AC 71.626-SP	31/10/84	5.309	112
<p>Previdência Social - Crédito - Execução fiscal - O credor hipotecário só está legitimado a manifestar embargos de terceiro quando não tenha sido intimado da execução e da penhora contra o devedor (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	AC 87.198-SE	13/06/85	5.601	190

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
Previdência Social - Trabalhadores na indústria canavieira - A utilidade-habitação não integra o salário quando o contrato de trabalho prevê o seu fornecimento a título gratuito, por mera liberalidade do empregador, deixando, em consequência, de incidir sobre ela a contribuição previdenciária (Recebimento) ((S2) (TFR)	EAC 70.769-SP	15/09/83	1.893	111
Prisão Administrativa - Funcionário remisso ou omissor a entrar com os dinheiros ou valores - Ilegalidade do ato impugnado, que não especifica o valor do alcance sob sua responsabilidade pessoal - A quantia exata que ele deve recolher para forrarse aos efeitos da medida coercitiva - Um dos pressupostos básicos é o conhecimento da quantia a ser recolhida pelo servidor ao erário público, cuja ausência torna ilegal o constrangimento (Concessão) (TP) (TFR)	HC 5.416-DF	29/10/82	4.078	07
Processo - Na ação declaratória - O valor da causa deve corresponder ao do negócio jurídico ou ao da relação jurídica cuja existência se pretende afirmada ou negada (Provimento) (T6) (TFR)	AG 44.238-MG	13/10/83	4.621	168
Processo - Agravo deficientemente instruído - Não se conhece, porque incumbe à parte fiscalizar a formação do instrumento - O suprimento da omissão pelo Relator fica entregue à sua discricção, em casos excepcionais de interesse público (Desconhecimento) (T6) (TFR)	AG 43.909-SP	23/06/83	4.433	144

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Processo - Causa de alçada - Litis-consórcio ativo - Não se somam as parcelas de cada um dos litigantes para o efeito de determinação do valor da causa (Desconhecimento) (T6) (TFR)</p>	AC 94.448-PR	19/12/84	5.412	126
<p>Processo - Conflito de competência - Embargos de declaração - No conflito de competência, o Tribunal resolve apenas a questão competencial que lhe é submetida - A audiência dos juízos em conflito não constitui providência obrigatória, podendo o relator dispensá-la se os autos estão devidamente instruídos com os elementos necessários - Somente a existência de decisão com trânsito em julgado faz cessar o conflito (Rejeição) (S2) (STJ)</p>	EDCC 403-BA	13/12/93	1.884	40
<p>Processo - Morte de uma das partes - Ocorrendo, dar-se-á a substituição pelo seu espólio - Salvo se motivo devidamente justificado determine a habilitação dos herdeiros (Desprovemento) (T4) (STJ)</p>	AGA 8.545-SP	29/11/93	1.840	01
<p>Processo - Procedimento sumaríssimo - Rol de testemunhas - Ao determinar que o autor deve oferecer desde logo, na petição inicial, o rol de testemunhas, o art. 276 do CPC tem por escopo evitar a surpresa para a parte adversa - Oferecido o rol cinco dias antes da audiência, adiada esta <i>sine die</i>, está respeitada a finalidade da norma ante a ciência antecipada das testemunhas a serem inquiridas (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 45.668-MG	22/08/94	2.317	26

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Processo - Representação judicial de pessoa jurídica - Citação - É nula a citação de pessoa jurídica feita em pessoa que, na forma dos respectivos Estatutos, não seja o seu representante legal - Todavia, considera-se sanado o vício quando a entidade comparece em juízo e contesta a demanda, exercendo em plenitude a sua defesa, dada a ausência de prejuízo (Desprovinimento) (T4) (STJ)</p>	<p align="center">AGA 12.630-SP</p>	<p align="center">11/10/93</p>	<p align="center">1.758</p>	<p align="center">16</p>
<p>Processo - Sendo interlocutória simples a decisão que relaxa prisão administrativa - Dela não cabe recurso algum - Visto como a hipótese não consta do Código de Processo Penal (Desprovinimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">CT 888-PA</p>	<p align="center">02/09/82</p>	<p align="center">3.920</p>	<p align="center">06</p>
<p>Programa de Integração Social (PIS) - Ainda que considerasse tributo a contribuição destinada a tal programa, não seria ilegítima a sua cobrança das empresas sujeitas ao imposto único sobre combustíveis - Por isso que não tem como hipótese de incidência qualquer das operações mencionadas na Constituição (Desprovinimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 98.317-SP</p>	<p align="center">26/05/83</p>	<p align="center">4.383</p>	<p align="center">28</p>
<p>Propriedade Industrial - Marca de indústria - A reunião de dois elementos, formando um conjunto distinto, confere novidade à marca, não havendo colidência, ainda que um deles constitua marca pertencente a terceiro - Coexistindo marcas assemelhadas no país de origem, igual tratamento deve ser dispensado no Brasil a outra que aqui se formar (Provinimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 79.885-RJ</p>	<p align="center">31/05/84</p>	<p align="center">5.038</p>	<p align="center">24</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Reclamação Trabalhista - Ajuizada por bancário aposentado, objetivando a complementação da parcela dos proventos da aposentadoria a cargo do Banco Central - Sem cabimento, uma vez que se trata de controvérsia oriunda de relação do trabalho regida por legislação especial - Computam-se, no cálculo do repouso remunerado, as horas extras habitualmente prestadas (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	RO 4.907-RJ	18/09/80	2.973	416
<p>Reclamação Trabalhista - Despedida - Vínculo empregatício decorrente de prestação de serviços em atividade de natureza permanente - Indenização prevista pela despedida injusta (Provimento) (T2) (TFR)</p>	RO 2.690-PE	03/10/79	2.712	31
<p>Reclamação Trabalhista - Servidor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Opção pelo regime da CLT - Adicional por tempo de serviço - Ao servidor estatutário que optou pelo regime celetista é assegurado o direito à gratificação adicional adquirido antes da opção (Rejeição) (TP) (TFR)</p>	ERO 3.317-MG	26/03/80	2.824	114

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Recurso Especial - Prequestionamento - Admissibilidade - Resultou de construção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, que adotou a doutrina já consagrada nos Estados Unidos da América em relação ao <i>writ of error</i> - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça herdou essa orientação, aplicando-a ao recurso especial - O exame prévio da admissibilidade do recurso especial pela Presidência do Tribunal <i>a quo</i> decorre também de construção jurisprudencial em torno do art. 27 da Lei 8.038/90 (Desprovimento) (T4) (STJ)</p>	<p>AGA 14.980-MG</p>	<p>22/11/93</p>	<p>1.820</p>	<p>21</p>
<p>Responsabilidade Civil - Ação Ordinária de indenização - Perdas e danos - Nos termos do art. 1.059 do Código Civil, as perdas e danos abrangem o que o credor efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de lucrar - O lucro cessante, porém, haverá de ter por causa imediata o ato do devedor, ou seja, haverá de ter por causa imediata do fato ilícito - Matéria de prova cujo reexame em sede de recurso especial é vedado pela Súmula 7 do STJ (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	<p>RESP 11.635-RJ</p>	<p>25/09/95</p>	<p>3.231</p>	<p>12</p>
<p>Responsabilidade Civil - Acidente de trânsito - Danos pessoais - De acordo com a teoria do risco administrativo, há a presunção <i>juris tantum</i> da culpa do denunciado, de sorte que, provada a culpa total ou parcial do lesado, exime-se a Administração, na mesma escala, da obrigação de reparar o dano - Presunção não elidida, na espécie (Desprovimento) (T2) (TFR)</p>	<p>AC 45.059-RJ</p>	<p>03/05/84</p>	<p>4.969</p>	<p>68</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Responsabilidade Civil - Estrada de Ferro - Morte de passageiro em decorrência de assalto no interior de composição ferroviária - Obrigação de indenizar - O caso fortuito ou a força maior caracteriza-se pela imprevisibilidade e inevitabilidade do evento - No Brasil contemporâneo, o assalto à mão armada nos meios de transporte de cargas e passageiros deixou de revestir esse atributo, tal a habitualidade de sua ocorrência, não sendo lícito invocá-lo como causa de exclusão da responsabilidade - Indenização calculada de acordo com a esperança de vida prevista na Tabela do Ministério da Previdência e Assistência Social (Provimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 50.129-RJ	17/10/94	2.456	38
<p>Responsabilidade Civil - Indenização por demanda abusiva - Impossibilidade jurídica do pedido - Se o autor pede, na inicial, que os danos emergentes e os lucros cessantes sejam apurados em liquidação de sentença, é defeso ao Juiz adiantar-se e proferir decisão que implique condenação em quantia fixa - A extensão do efeito devolutivo mede-se pela extensão da matéria impugnada <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> - Como não se pode impugnar algo que não existe, segue-se que a cognição, no Tribunal, há de limitar-se ao que foi decidido na sentença apelada - Se esta é apenas terminativa, deve o órgão <i>ad quem</i>, ao reformá-la, devolver os autos ao Juízo de primeiro grau para o julgamento do mérito (Provimento parcial) (T4) (STJ)</p>	RESP 39.210-RS	21/11/94	2.540	75

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Responsabilidade do Transportador - Força maior - Transporte de mercadoria - Roubo da carga durante o trajeto do veículo - A presunção de culpa do transportador pode ser elidida pela prova da ocorrência de força maior - O roubo da mercadoria em trânsito, uma vez comprovado que o transportador não se desviou das cautelas e precauções a que está obrigado, configura força maior, suscetível, portanto, de excluir a responsabilidade (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	<p>RESP 43.756-SP</p>	<p>01/08/94</p>	<p>2.263</p>	<p>61</p>
<p>Revisão Criminal - Na ação penal pública, admite-se a quebra do princípio da indivisibilidade quando algum óbice torna impraticável a denúncia contra todos os envolvidos no evento criminoso - Tráfico internacional de entorpecentes praticado em Comarca que não seja sede de Vara da Justiça Federal - Competência da Justiça local (Deferimento parcial) (S1) (TFR)</p>	<p>RVCR 390-GO</p>	<p>13/05/82</p>	<p>3.789</p>	<p>151</p>
<p>Sentença - Apelação - Prazo para a sua interposição - Contagem - A intimação da sentença somente deve ser presumida na hipótese de ciência inequívoca, sendo difícil a sua ocorrência fora do caso de recebimento dos autos em carga (Provimento) (T4) (STJ)</p>	<p>RESP 58.275-MG</p>	<p>04/09/95</p>	<p>3.163</p>	<p>123</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Sentença Homologatória de Transação - Ação para desconstituí-la - A sentença meramente homologatória de acordo entre as partes é rescindível como os atos jurídicos em geral - A ação rescisória somente é cabível na hipótese em que a sentença, apreciando exceção oposta pelo réu, decide matéria já transigida, quando tem natureza nitidamente jurisdicional, ou na hipótese em que, antes de homologada a transação, ressurgir conflito entre as partes - A legislação apenas equipara a sentença homologatória, em seus efeitos, à sentença de mérito, não lhe conferindo, porém, a autoridade de coisa julgada material (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 38.434-SP	25/04/94	2.042	14
<p>Servidão de Trânsito - Transformação, por destinação, em via pública - A servidão aparente de trânsito, embora descontínua e não titulada, confere direito à proteção possessória a ser exercido por qualquer dos donos dos prédios dominantes - Se a afetação ao domínio público não se operou mediante expropriação regular, cabe ao proprietário do prédio serviente reivindicar o ressarcimento das perdas e danos (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 21.540-SP	08/08/94	2.280	68
<p>Servidor Público - Optou pelo regime da legislação trabalhista - Tempo de serviço prestado anteriormente a outras entidades da Administração Pública Federal sob regime estatutário - Direito à percepção dos quinquênios completados antes da opção (Conhecimento) (S1) (TFR)</p>	EDIVRO 5.065-RJ	16/12/82	4.188	91

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Publ.	Vol.	Pág.
<p>Sucessão - Inventário - Usufruto pretendido pela concubina - O direito ao usufruto da quarta parte dos bens deixados pelo consorte é privativo do cônjuge casado sob o regime de separação de bens - Não pode ser invocado por concubina, que não é herdeira do companheiro e faz jus apenas à partilha do acervo adquirido pelo esforço comum, provando a existência de uma sociedade de fato entre os dois (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 37.168-SP	17/10/94	2.450	176
<p>Superintendência Nacional do Abastecimento - Intervenção no domínio econômico - A SUNAB continua com a competência para fixar preços, pois a legislação lhes subtraiu tão-somente as atribuições concernentes à formulação da política nacional de abastecimento (Provimento) (T2) (TFR)</p>	AMS 84.998-CE	28/11/79	2.758	248
<p>Transporte Marítimo - Falta de mercadoria - Vistoria - Nas relações entre transportador e destinatário da carga, o dever de indenizar é contratual e dispensa protesto e vistoria (Súmula 109 do STJ) (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p>	RESP 37.607-RS	05/12/94	2.580	06

**Mandado de Segurança nº 21.689-1 - DF
do Supremo Tribunal Federal, julgado em 16/12/1993.
(CASO COLLOR DE MELLO)**

Mandado de Segurança nº 21.689-1 - DF

Mandado de Segurança impetrado pelo Sr. Fernando Affonso Collor de Mello contra a Resolução do Senado Federal que lhe aplicou, em processo de *impeachment*, a pena de inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, mesmo depois de haver renunciado à Presidência da República. A pretensão visava à anulação da resolução citada, de sorte a serem restabelecidos seus direitos políticos.

O empate ensejou a convocação de três Ministros do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos pelo critério de antigüidade, daí motivando a presença do Ministro **Antônio Torreão Braz** nessa histórica sessão do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

O Mandado de Segurança foi indeferido, por maioria de votos, tendo o Ministro **Antônio Torreão Braz** votado pelo indeferimento do pedido, com a seguinte observação, que constitui o fulcro do seu pronunciamento: "Por isso, a postura do Judiciário de um modo geral deve ser a de autolimitação diante das questões políticas envolvendo os Altos Poderes da Nação. Impõe-se a observância das chamadas "regras de bom aviso" ou "preceitos sábios", em que se escuda a Suprema Corte americana para evitar confrontos desaconselháveis e manter a harmonia do sistema em sadio regime democrático, regras essas alinhadas por Lúcio Bittencourt em sua prestigiosa monografia, entre as quais avulta, pela prudência de que se reveste, a que consagra a presunção de constitucionalidade dos atos e resoluções dos demais detentores de funções estatais e cuja incompatibilidade com o Estatuto Fundamental só deve ser declarada quando acima de toda dúvida razoável - *beyond all reasonable doubt*.

Na espécie vertente, segundo procurei demonstrar ao longo deste voto, a decisão impugnada foi proferida dentro dos parâmetros constitucionais e legais (a lei de regência e o Código Penal como lei comum subsidiária), não padecendo, portanto, de qualquer eiva de ilegitimidade.

Do quanto foi exposto, denego o pedido."